



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA
CENTRO DE ENSINO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS-CECEN
CURSO DE PEDAGOGIA**

CARLIANE GOMES DOS SANTOS

**O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA OS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

São Luís

2019

CARLIANE GOMES DOS SANTOS

**O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA OS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual do Maranhão para obtenção
do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientador (a): Prof.^a Ms.^a. Ana Carla Vale Lago.

São Luís

2019

Santos, Carliane Gomes dos.

O processo de transição da educação infantil para os anos iniciais do ensino fundamental: desafios e possibilidades / Carliane Gomes dos Santos. – São Luís, 2018.

66 f

Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Dra. Ana Carla Vale Lago.

1.Alfabetização. 2.Docente. 3.Formação profissional. I.Título

CDU: 373.29

O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão como parcial para obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

APROVADA EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Ms^a. Ana Carla Vale Lago. (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a. Ms^a Heloísa Cardoso Varão Santos
Universidade Estadual do Maranhão

Prof.^a. Ms^a Camila Gonçalves Ribeiro
Universidade Estadual do Maranhão

Ao Deus todo poderoso e a minha família
pelo incentivo e compreensão pelos
momentos apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por permitir realização de um sonho, pelo ânimo e principalmente pela fé por não me deixar de desistir no meio da caminhada.

Aos meus pais, Antônio José e Rosilene, pelo grande exemplo de vida e incentivo, pois, sem eles este sonho não se realizaria.

Ao meu irmão Antônio Carlos, com quem compartilho imensas alegrias da vida, e que foi meu grande incentivador na minha caminhada acadêmica que foi o responsável de ter chegado até esta etapa tão importante para mim.

Agradeço especialmente ao meu namorado Nielson pela incansável e estimável ajuda nas horas mais difíceis da execução do projeto, por aturar todas as horas de muito choro e desespero nessa etapa bastante difícil da vida acadêmica.

À Professora Ana Carla Lago Vale, pela valiosa orientação e incentivo com os quais me conduziu à realização deste trabalho.

Aos amigos que fiz na minha trajetória acadêmica pelo exemplo e estímulo ao aperfeiçoamento, especialmente à Luana de Jesus, Anna Carolina Campos, Renyka Martinni, Adriana Aguiar, Cássia Silva e Natália Rocha pela amizade comprovada diariamente.

Aos funcionários da Pró- Reitoria de Graduação- PROG, que me receberam de braços abertos, por me respeitarem e me incentivar durante esse ano de muito trabalho, em especial, à Itatiane Moraes por me ensinar tudo o que eu precisava no começo do estágio e que está hoje comigo na AGA, Edyllene por sempre estar nos fazendo rir e por mostrar que o trabalho pode ser feito com leveza, Clícia Priscila por se mostrar uma colega de trabalho companheira, a Beatriz Andrade por mostrar que a simplicidade e a humildade são características de uma pessoa de caráter, e a todos os demais funcionários que formam uma equipe maravilhosa.

E as minhas novas colegas de trabalho da Assessoria de Gestão Ambiental-AGA da Universidade Estadual do Maranhão, a Andressa Silva por todo o apoio e amizade, a Daniele Borges que faz os dias mais alegres na assessoria, a Almilene do Vale que sempre tem uma palavra de conforto e apoio, a Mayana Martins que chegou para trazer muito amor e companheirismo. Obrigado por tudo.

Salmos 121

1 Elevo os olhos para os montes: de onde me virá o socorro?

2 O meu socorro vem do SENHOR, que fez o céu e a terra.

3 Ele não permitirá que os teus pés vacilem; não dormitará aquele que te guarda.

4 É certo que não dormita, nem dorme o guarda de Israel.

5 O SENHOR é quem te guarda; o SENHOR é a tua sombra à tua direita.

6 De dia não te molestará o sol, nem de noite, a lua.

7 O SENHOR te guardará de todo mal; guardará a tua alma.

8 O SENHOR guardará a tua saída e a tua entrada, desde agora e para sempre.

RESUMO

Este trabalho explora a transição da educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental, os desafios e possibilidades. Como um dos principais pontos dentro da educação básica tem-se a alfabetização, pois é uma parte crucial da vida do estudante, no entanto, muitas escolas no Brasil vê-se a mistura de crianças alfabetizadas com não-alfabetizadas na mesma sala de aula. Assim, o estudo visou identificar como as professoras trabalhavam com os alunos não alfabetizados, quais eram os métodos de ensino que utilizavam para alfabetizá-los e como se dava o processo de ensino, visto que os demais, geralmente, tinham sido alfabetizados. Assim, realizou-se observação em campo, entrevista e levantamento bibliográfico. Os autores que nortearam esta pesquisa e que abordam sobre a alfabetização e o letramento foram: FERREIRO (1996), CAGLIARI (2001), SOARES (2006), DUARTE (2008), RANGEL (2009), ROJO (2009), enfatizam que Letrar é mais que alfabetizar, e ressaltam que é mais do que conhecer letras ou ler, é desenvolver capacidades de comunicação, interação social e habilidades que possam ser aproveitados a vida inteira como saber interpretar textos e saber falar com propriedade dos assuntos expostos em sala de aula. Analisou-se as leis que norteiam a alfabetização no Brasil Lei 4.024/61 e Lei 5.962/71, Lei 9394/96 (1996), as avaliações do ensino como o SAEB (1990), e documentos que norteiam a estrutura curricular do ensino como o PCN (1997), BNCC (2018), e como a formação docente, formação continuada, é um diferencial no ensino aprendizagem que tem autores que defendem essa formação, como: NÓVOA (1997), LIBÂNEO (2017), LUCKESI (1991).

Palavras-chave: Alfabetização. Docente. Educação Básica.

ABSTRACT

This work explores the transition from early childhood education to the first year of elementary school, the challenges and possibilities. As one of the main points within basic education is literacy, because it is a crucial part of the student's life, however, many schools in Brazil see the mixture of literate and non-literate children in the same classroom. Thus, the study aimed to identify how teachers worked with non-literate students, what were the teaching methods they used to literate them, and how the teaching process was given, since the others generally they had been literate. Thus, there was observation in the field, interview and bibliographic survey. The authors who guided this research and who talk about literacy and literacy were: FERREIRO (1996), CAGLIARI (2001), SOARES (2006), DUARTE (2008), RANGEL (2009), ROJO (2009), speak that Lettering is more than literacy, and point out that it is more than knowing letters or reading, it is to develop communication skills, social interaction and skills that can be harnessed throughout life such as knowing how to interpret texts and knowing how to speak with ownership of the subjects exposed in the classroom. It was also analyzed the laws that guide literacy in Brazil: SAEB (1990), LDB (1996), PCN (1997), BNCC (2018), and as teacher training, continuing training, is a differential in teaching learning that has authors who defend this training, as: NOVOA (1997), LIBÂNEO (2017), LUCKESI (1991).

Keywords: Literacy, Teacher, Basic Education.

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular.

LDB - Lei de diretrizes e bases da educação nacional.

RECNEI - Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil.

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

PNE - Plano Nacional de Educação.

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Competências que o docente deve apresentar ao entrar no 1º ano do Ensino Fundamental.

Figura 2: IDEB Município de São Luís.

Figura 3: Nota das escolas municipais de São Luís.

Figura 4: Localização da Escola.

LISTA DE TABELA

Tabela 1: organização do ensino Lei 5.692/71

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL.....	17
2.1	JESUÍTAS NO BRASIL.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.2	LEI 4.024/61 E LEI 5.962/71	17
2.3	CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988.....	18
2.4	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL LDB.	19
2.5	REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	20
2.6	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA-SAEB E O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA- PNAIC.....	23
2.7	A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....	23
3	O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA OS ANOS INICIAIS	24
3.1	O 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	29
3.2	A ALFABETIZAÇÃO DO 1º ANO.....	33
4	A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PONTO PRINCIPAL DA EDUCAÇÃO.....	39
4.1	O QUE É FORMAÇÃO DOCENTE?.....	39
5	ESTRUTURA METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	46
5.1	ABORDAGEM METODOLÓGICA.	46
5.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.	47
5.3	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA CAMPO DA PESQUISA.....	47
5.4	SUJEITOS DA PESQUISA.	48
5.5	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	49
5.6	ANÁLISE DOS DADOS.....	49
5.7	REALIDADE ESCOLAR.	51
6	CONCLUSÃO	56
7	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

Quando falamos de educação básica é normal pensarmos em cada série que os alunos passam até chegar ao fim do ensino médio, cada uma delas é fundamental para ter o embasamento teórico para a próxima etapa, as dificuldades em cada uma destas que possam ter e que podem ser internas e/ou externas tendem a dificultar a aprendizagem e a qualidade das aulas posteriormente. E uma dessas etapas é a alfabetização, em que as crianças conhecem as letras, números, as cores primárias, as formas geométricas, começam a desenvolver a coordenação motora fina, aguçam a percepção de espaço e tempo etc., sendo assim uma parte importantíssima de toda a formação educacional.

A educação infantil, como parte importante da educação básica, é de extrema relevância no que se refere aos conhecimentos adquiridos na escola, pois como base da educação a alfabetização e o letramento, nessa perspectiva lhes garante obter competência e habilidades para poder ingressar nos anos seguintes.

A temática deste trabalho é como se dá o processo de transição da educação infantil para os anos iniciais do ensino fundamental, os desafios e as possibilidades que os professores enfrentam, e como os mesmos desenvolvem seus trabalhos e quais as maiores dificuldades nesse âmbito.

Há autores que falam sobre a alfabetização e o letramento, e este trabalho realizou-se a partir de estudos realizado por : Emilia ferreiro, em a Alfabetização em Processo, 1996, Magda Becker Soares, Letrar é mais que alfabetizar, 2018, estas falam que é mais do que conhecer letras ou ler, é desenvolver capacidades de comunicação, interação social e habilidades que possam ser aproveitados na vida inteira desses alunos como saber interpretar textos e saber falar com propriedade dos assuntos expostos em sala de aula, e há outros autores que falam sobre o trabalho do docente, como ele é fundamental nessa fase da educação.

A educação infantil, mais precisamente a alfabetização e o letramento que é o foco principal deste trabalho, é garantida nas Lei 4.024/61 e Lei 5.962/7, na Constituição de 1988, e como fundamento é estruturada conforme a Lei nº 9304/96, os documentos que estruturam a educação básica, como a Base Nacional Comum Curricular- BNCC, pelo Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil- RECNEI, e para garantir a qualidade do ensino é avaliada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Bases essas que estruturam a educação no Brasil, que norteiam o trabalho desenvolvidos na escola, que orientam como desenvolver as atividades, quais competências e habilidades que as crianças devem adquirir e aperfeiçoar nas séries iniciais.

O despertar para o desenvolvimento desse estudo, surgiu durante a disciplina de Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa, ministrada pela professora Ana Carla Lago Vale, logo ficou bem claro a importância dessa disciplina e o interesse foi de imediato, a forma de trabalhar a alfabetização, as metodologias, os recursos que podem ser utilizados, a forma como os docentes podem trabalhar, os teóricos que estudam, sempre tive o interesse em aprofundar meus conhecimentos nesse assunto, e com o cursar dessa disciplina houve a oportunidade de sanar essa curiosidade, ao longo da disciplina, nos foi mostrado as bases legais do ensino da Língua Portuguesa, os teóricos que falam sobre a alfabetização, livros que podem ser usados nessa fase da educação.

O papel do professor nessa fase sempre me causou curiosidade, pois é essa fase que irá lograr êxito ou fracasso em sua vida escolar tenha êxito ou fracasso, pois se o aluno tiver uma boa alfabetização não terá grandes dificuldades em assimilar os novos conteúdos, porém se essa etapa falhar e/ou não existir esse aluno terá grandes dificuldades, pois não contato e nem conhecimento dos conteúdos da alfabetização com efeito então lhe falta o embasamento que necessita para o prosseguimento aos conteúdos das séries posteriores.

Na visita a escola UEB Ensino Fundamental Dom Jose Medeiros Delgado da rede municipal de São Luís desenvolveu-se um projeto de leitura com os alunos que teve o título “leiturinha divertida”, nos foi dado um livro para trabalhar o projeto cujo título do livro era “*O rei bigodeira e sua banheira*”, um livro de fácil compreensão e lúdico para se trabalhar no primeiro ano do ensino fundamental.

Nesse sentido, houve a observação da sala na qual foi elaborado e executado o projeto de leitura, e com a constatação em loco chamou a atenção que alguns alunos e, também segundo o relato da professora da sala que foi executado o projeto não tinham passado pela educação infantil, e que em todos as séries do primeiro ano da escola tinham alunos nessa mesma condição.

Os objetivos desta pesquisa foram analisar como as professoras do primeiro trabalham com os alunos que não passaram pela alfabetização, como se dá

esse processo de transição da educação infantil para os anos iniciais do ensino fundamental.

Este trabalho foi dividido em 6 (seis) capítulos, o primeiro aborda todo o processo de construção da pesquisa que baseia a monografia, o segundo refere-se ao histórico da alfabetização no Brasil, como surgiu os primeiros alfabetizadores, o terceiro vem trazendo as leis que formalizaram a estrutura da alfabetização e da educação infantil no Brasil, o quarto fala da importância do trabalho docente como ponto principal no processo de alfabetização, na formação dos alunos, e principalmente da formação profissional desse professor, o quinto vem falando metodologia que foi utilizado para estruturar a pesquisa, e o ultimo mostra os resultados alcançados através da pesquisa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL.

2.1 Lei 4.024/61 e Lei 5.962/71

Essa lei vem estabelecer que a alfabetização atinja o público de alunos até os 7 (sete) anos de idade, onde a criança tinha até essa idade para ser alfabetizada e em ingressar no primeiro ano do ensino fundamental.

Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância. Art. 25. O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social. (BRASIL, 1961)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 4.024, sancionada pelo presidente da República, João Goulart, a 20 de dezembro do mesmo ano. Em essência, a lei nada mudou. Foi mantida a estrutura tradicional do ensino. Sua única vantagem talvez estivesse no fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo o território nacional em cada nível e ramo. O sistema continuou a ser organizado segundo a legislação anterior, da seguinte forma:

1) ensino pré-primário: composto de escolas maternas e jardins de infância, de responsabilidade da União, Estados e Municípios;

2) ensino primário: obrigatório a partir dos sete anos de idade, sendo ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais, responsabilidade da União, Estados e Municípios;

LEI Nº 5.692/71, após cerca de dez anos, na vigência do regime militar (1964-1985) a Lei nº 4.024/1961 foi reformulada pela Lei nº 5.692/1971, assinada pelo presidente general Emílio Médici. A lei Nº 5.962/71 ressalta que a criança tem 8 (oito) anos para ser totalmente alfabetizada, onde:

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades. Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos. Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula. (BRASIL, 1971).

Essa Lei fundiu o ensino primário com o ginásio, retirando deste os ramos profissionais, e constituiu um novo segmento de primeiro grau com oito anos de duração, obrigatório para as crianças e jovens de 07 a 14 anos de idade. Nesse sentido escola tinha para formar alunos totalmente alfabetizados, com todos as suas

competências e potencialidade desenvolvidas para formar um cidadão consciente de seus direitos e deveres. Como podemos observar na tabela 1 essa lei estruturou o ensino da seguinte forma:

Tabela 2 organização do ensino Lei 5.692/71

Lei 5.692/71	Finalidade	Responsabilidade	Recursos
Educação Infantil	Direito de crianças menores de 7 anos receberem educação	Da Família e do Município	União, estados e Municípios
Ensino Fundamental	Reformulou o primário em 1º grau, e unificou-o em 8 séries obrigatórias dos 7 aos 14 anos	Da Família, Município (anos iniciais) e Estado (anos finais)	Família e Estado
Ensino médio	Reformou o ensino secundário, passando a ser 2º grau.	Da Família, Município (anos iniciais) e Estado (anos finais)	Família e Estado

2.2 Constituição Federal 1988.

A alfabetização como parte fundamental da educação básica é regulamentada Constituição Federal de 1988, no artigo que fala sobre educação ressalta que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

IV - Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988, pág.43.)

A constituição de 1988, garante a obrigatoriedade da educação onde ela seja gratuita, ainda ressalta que é dever do Estado fornecer uma educação de qualidade com todos os aparatos que a escola deve ter, escola com uma boa estrutura, livros, professores qualificados e assistência social para suprir todas as necessidades das crianças, enfatiza os pais como responsáveis por essa garantia do direito. Houve com isso a estruturação da alfabetização, como ela deveria ser, e o

público que deveria alcançar, tornado assim a alfabetização parte importante do processo de formação do cidadão, garantindo ao público alvo o direito a educação básica.

2.3 Lei de diretrizes e bases da educação nacional LDB.

Na LDB nº 9394/96 fica exemplificado como deve ser trabalhada a educação infantil, e a forma como deve ser a organização da estrutura curricular dessa fase, para que haja um bom desempenho e um aproveitamento melhor dos conteúdos. Onde podemos observar:

SEÇÃO II – Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (BRASIL, 2017)

A educação básica, mais especificamente a alfabetização é uma etapa importante da vida escolar do estudante, onde são desenvolvidas habilidades e competências que serão utilizadas durante toda vida. Entende-se que essa etapa na transição para o primeiro ano do ensino fundamental além de ser um direito básico é de grande valia para o desenvolvimento do planejamento e seguimento das atividades do professor em sala de aula.

Diferente das leis 4.024/61 e lei 5.962/71 na LDB lei 9394/96, fica evidente que:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 2017).

A criança entra no 1º ano do ensino fundamental com 6 (seis) anos e tem o acréscimo de mais uma série, o 9º (nono) ano, então deixa ser apenas 8 (oito) anos e passa a ter 9 (nove) anos o ensino fundamental tendo mais um ano para a criança/

aluno saia alfabetizada e apito a exercer seus direitos e deveres, tendo desenvolvido todas as competências habilidades durante esses 9 (nove) anos.

2.4 Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) é referente ao ensino nas creches, entidades equivalentes e pré-escolas, e que integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto no ano que foram elaborados. E enfatiza que:

Considerando a fase transitória pela qual passam creches e pré-escolas na busca por uma ação integrada que incorpore às atividades educativas os cuidados essenciais das crianças e suas brincadeiras, o Referencial pretende apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural. (RCNEI, 1998).

Nessa perspectiva o RCNEI, vem para agregar valor à educação infantil afim de lhes garantir os direitos de desenvolver suas identidades, que tenham seus direitos reconhecidos e que tenham ambientes que possam contribuir para uma educação boa e de qualidade.

A aprendizagem da linguagem oral e escrita no RCNEI é um dos elementos importantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais. A educação infantil, ao promover experiências significativas de aprendizagem da língua, por meio de um trabalho com a linguagem oral e escrita, se constitui em um dos espaços de ampliação das capacidades de comunicação e expressão e de acesso ao mundo letrado pelas crianças. Essa ampliação está relacionada ao desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às quatro competências linguísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever.

O RECNEI especifica que para aprender a ler e a escrever, a criança precisa construir um conhecimento de natureza conceitual: precisa compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem. Isso significa que a alfabetização não é o desenvolvimento de capacidades relacionadas à percepção, memorização e treino de um conjunto de habilidades sensório-motoras. É, antes, um processo no qual as crianças precisam

resolver problemas de natureza lógica até chegarem a compreender de que forma a escrita alfabética em português representa a linguagem, e assim poderem escrever e ler por si mesmas. Nessa perspectiva, a aprendizagem da linguagem escrita é concebida como:

- a compreensão de um sistema de representação e não somente como a aquisição de um código de transcrição da fala;
- um aprendizado que coloca diversas questões de ordem conceitual, e não somente perceptivo-motoras, para a criança;
- um processo de construção de conhecimento pelas crianças por meio de práticas que têm como ponto de partida e de chegada o uso da linguagem e a participação nas diversas práticas sociais de escrita.

Assim, com todo esse processo, o aluno ao ingressar no 1º ano do ensino fundamental esteja já com as competências e habilidades já iniciada e/ou em fase de consolidação. O que torna a transição para o ensino fundamental mais fácil, pois a criança já tem conhecimentos que foram desenvolvidos que tornarão a absorção dos conteúdos mais simples.

No Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil, são inúmeras as habilidades e competências que a criança deve desenvolver até chegar ao ensino fundamental. O RCNEI está dividido em três cadernos que são, um documento Introdução, que apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de educação, de instituição e do profissional, que foram utilizadas para definir os objetivos gerais da educação infantil e orientaram a organização dos documentos de eixos de trabalho que estão agrupados em dois volumes relacionados aos seguintes âmbitos de experiência: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo.

O volume dois é relativo ao âmbito de experiência Formação Pessoal e Social que contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção da Identidade e Autonomia das crianças. O volume três é relativo ao âmbito de experiência Conhecimento de Mundo que contém seis documentos referentes aos eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Os objetivos do RCNEI nessa fase de transição para as crianças de zero a três anos, refere-se que a instituição deve criar um ambiente de acolhimento que dê segurança e confiança às crianças, garantindo oportunidades para que sejam capazes de:

- Experimentar e utilizar os recursos de que dispõem para a satisfação de suas necessidades essenciais, expressando seus desejos, sentimentos, vontades e desagrados, e agindo com progressiva autonomia;

- Familiarizar-se com a imagem do próprio corpo, conhecendo progressivamente seus limites, sua unidade e as sensações que ele produz;

- Interessar-se progressivamente pelo cuidado com o próprio corpo, executando ações simples relacionadas à saúde e higiene;

- Brincar;

- Relacionar-se progressivamente com mais crianças, com seus professores e com demais profissionais da instituição, demonstrando suas necessidades e interesses.

Para as crianças de quatro a seis anos, os objetivos estabelecidos para a faixa etária de zero a três anos deverão ser aprofundados e ampliados, garantindo-se, ainda, oportunidades para que as crianças sejam capazes de:

- ter uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando cada vez mais suas limitações e possibilidades, e agindo de acordo com elas;

- identificar e enfrentar situações de conflitos, utilizando seus recursos pessoais, respeitando as outras crianças e adultos e exigindo reciprocidade;

- valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração e compartilhando suas vivências;

- brincar;

- adotar hábitos de autocuidado, valorizando as atitudes relacionadas com a higiene, alimentação, conforto, segurança, proteção do corpo e cuidados com a aparência;

- identificar e compreender a sua pertinência aos diversos grupos dos quais participam, respeitando suas regras básicas de convívio social e a diversidade que os compõe.

2.5 Sistema de Avaliação da Educação Básica-SAEB e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala que permitem ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado que surgiu em 1990 com esse intuito. Com isso irão surgir programas que vão avaliar e estabelecer regras para identificar se a alfabetização está ou não atingindo os objetivos que é de alfabetizar os alunos até o terceiro ano conforme a BNCC estabelece.

Um desses programas é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa- PNAIC, onde este vem ser um filtro da alfabetização, pois é realizado a partir do 3º ano do ensino fundamental, e mostra se a alfabetização está sendo consolidada na idade certa segundo as regulamentações do PNAIC, nesse sentido, vemos que a criança ao entrar no primeiro ano do ensino fundamental precisar ter alcançado as competências e habilidade que vão possibilitar a esse aluno facilidade absorver os conteúdos e tem até o 3ºano para ser totalmente alfabetizado (saber ler, escrever e compreender o que leu), .

2.6 A Base Nacional Comum Curricular.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) é um documento que foi organizado a fim de estruturar os conteúdos escolares de todo território brasileiro, de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

A BNCC (2018) é um documento normativo que aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Conforme a estruturação da educação básica pela BNCC, as crianças devem ser alfabetizadas até o terceiro ano do ensino

fundamental. “Esse é o processo mais complexo: efetivamente passar a compreender que a escrita representa a fala”, explica a professora Zuleika de Felice Murrie, redatora de linguagens da BNCC.

Na BNCC a primeira etapa da Educação Básica, de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), deve ser assegurado seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Nessa fase elas devem desenvolver as seguintes habilidades:

Conviver Brincar Participar Explorar Expressar Conhecer-se	• O eu, o outro e o nós • Corpo, gestos e movimentos • Traços, sons, cores e formas • Escuta, fala, pensamento e imaginação • Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações
---	---

Fonte: BNCC

Segundo a BNCC a criança na educação infantil deve desenvolver essas habilidades e competências, para poder entrar na próxima fase as séries iniciais do ensino fundamental habilitado para dar prosseguimento ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das mesmas.

A BNCC trata-se de uma organização do currículo de forma espiralado onde é estruturado de forma que os conteúdos do primeiro ano são de conhecimento da professora do segundo ano, tendo assim a continuidade dos conteúdos de forma gradativa até chegar ao 9ª (nono) ano.

3 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA OS ANOS INICIAIS

Partindo do pressuposto que este trabalho se baseia na temática da Alfabetização e, como é de extrema importância na formação do aluno, vimos aprofundar mais sobre ela e ressaltar autores que tratam desse tema.

Para Jean Piaget *apud* Bock (1999), em sua Teoria do Desenvolvimento do Humano ele fala sobre as fases desse desenvolvimento, que são 4 (quatro), e ele explica que a segunda fase a pré-operatória que é de 02 (dois) a 07 (sete) anos, a primeira infância, para ele é a fase mais importante, pois nela é onde surge a linguagem que influenciará na aquisição de conhecimentos, além de amadurecer os

movimentos físicos, há o amadurecimento intelectual com o surgimento da fala, a criança começa a pensar aí vem a fase dos porquês, e é nessa fase também (02 a 07 anos) que a criança entra na escola, onde começa a ser trabalhado a alfabetização, o convívio com outras pessoas, a inserção de novas regras e de novos comportamentos.

Segundo Jean Piaget *apud* Munari (2010), a inteligência é madurecida biologicamente, e para isso precisa passar por adaptações:

A inteligência verbal ou refletida repousa na inteligência prática ou sensório-motora, que se apoia em hábitos e associações que são adquiridos para voltarem a se combinar. Estas associações pressupõem, por outro lado, o sistema de reflexos cuja relação com a estrutura anatômica e morfológica do organismo é evidente. Há, pois, uma certa continuidade entre a inteligência e os processos puramente biológicos de morfogênese e de adaptação ao meio. (MUNARI,2010. Pag.27).

Quanto a esse amadurecimento no que diz respeito a escola, fica a cargo do professor desenvolver habilidades nos alunos para que eles consigam ter esse amadurecimento eficaz, além disso fazer uso de linguagem é essencial nessa fase segundo Piaget:

Sob a dupla influência da linguagem e da socialização, ocorre uma transformação da inteligência que pode ser considerada a emergência do pensamento propriamente dito. A linguagem permite ao sujeito contar suas ações, reconstituir fatos do passado e evocar situações vividas anteriormente, além evocar os objetos e pessoas na ausência deles. O pensamento parte exatamente daí; ele já não está vinculado exclusivamente ao eu, mas a um plano comunicação que lhe dá uma grande importância, pois a linguagem é um código que pertence a todos. (GOULART, 2008, pág. 56).

Lev Vygotsky é outro teórico bastante conhecido e estudado que também fala sobre o desenvolvimento humano, para ele o amadurecimento nas fases é dado naturalmente independente do ambiente em que estar, ao contrário de Piaget que fala que esse amadurecimento é dado biologicamente. Para Vygotsky *apud* BOCK (1999), o desenvolvimento da criança começa desde o nascimento e com a interação com os adultos, que a todo o momento tentam inserir nas suas relações e sua cultura.

Vygotsky *apud* Bock (1991), em seu livro “Pensamento e Linguagem” explica que, o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem. Em sua teoria enfatiza que a

convivência do ser humano com a criança é que estimula as fases do desenvolvimento humano, ele relata que:

Como a criança está cercada por adultos na família, a fala começa a adquirir traços demonstrativos, e ela começa a indicar o que está fazendo e de que está precisando. Após algum tempo, a criança, fazendo distinções para os outros com o auxílio da fala, começa a fazer distinções para si mesma. E a fala vai deixando de ser um meio para dirigir o comportamento dos outros e vai adquirindo a função de auto direção. (BOCK, 1999, p. 142).

Burrhus Frederic Skinner psicólogo, em sua teoria o Behaviorismo, ressalta que os estímulos influenciam as nossas ações, o que podemos chamar de cultura, e esta é inserida conforme a sociedade em que vivemos, podemos observar vários tipos de cultura em um mesmo país. Ressalta ainda que os estímulos podem ser aprendidos, estimulados, ou até sanados, com a educação não é diferente, Piletti (2004) os professores exercem controle sobre os alunos e sobre os seus comportamentos, se conhecermos esses alunos sabemos o que pode ser um estímulo positivo ou negativo para o mesmo, fazendo assim o papel do professor no ensino aprendizagem ser de grande valia, o desenvolvimento das aulas e dos recursos são de importância, pois estimula a atenção dos alunos.

Para Piletti (2004) *apud* Skinner (1972) o aluno não aprende somente fazendo, os autores explicam que:

Analisando o processo ensino-aprendizagem, Skinner (1972) considera que simplesmente “aprender fazendo” não faz com que um aluno aprenda. Apenas praticar, não significa que o aluno tenha aprendido a fazer de modo eficaz e também não vai elevar a probabilidade de ocorrer novamente a resposta emitida. O autor alerta para a importância da transmissão da cultura aos alunos e que os mesmos devem ser propiciado o acúmulo de conhecimentos, de práticas sociais, de aptidões etc. [...]. (PILETTI. 2004. pág. 25.)

Na aprendizagem inicial (alfabetização) as práticas utilizadas nas escolas são, muitas vezes, baseadas na junção de sílabas simples, na memorização de sons decifração e na cópia. Dessa forma fazem com que a criança se torne um espectador passivo ou receptor mecânico, pois não participa do processo de construção do conhecimento, não sendo um aprendizado significativo a ela.

Segundo Ferreira (1999, p.47) “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola é que não termina ao finalizar a escola primária”, tornando assim o ambiente familiar as interações sociais parte decisiva nessa etapa escolar.

A autora defende que, de todos os grupos populacionais as crianças são as mais facilmente alfabetizáveis e estão em processo contínuo de aprendizagem. Ferreiro (1999) ressalta que:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (FERREIRO, 1999, p.23)

A pesquisadora, que afirma ser empenhada fundamentalmente a tentar compreender o desenvolvimento das conceitualizações infantis sobre a língua escrita, afirmam que através dos resultados obtidos uma conclusão deve ser considerada as crianças são facilmente alfabetizáveis foram os adultos que dificultaram o processo de alfabetização delas. (FERREIRO, 1999, p.17).

Segundo Goodman (1980 *Apud* Ferreiro & Palácio, 1987, p.86) alguns princípios que as crianças descobrem e aprendem a controlar à medida que desenvolvem um sistema de escrita:

- Os princípios funcionais desenvolvem-se à medida que a criança soluciona o problema de como escrever e para que escrever. A significação que a escrita tenha em seu dia a dia terá consequências no desenvolvimento desses princípios e as funções especificam dependerão da necessidade que a criança sentira da linguagem escrita.
- Os princípios relacionais desenvolvem-se à medida em que a criança resolve o problema de como a linguagem escrita chega a ser significativa. Assim, passa a compreender com a linguagem escrita representa as ideias e os conceitos que as pessoas, os objetos no mundo real e a linguagem oral possuem em uma determinada cultura.

Para Ferreiro (1996) a leitura e escrita são sistemas construídos paulatinamente. As primeiras escritas feitas pelos educandos no início da aprendizagem devem ser consideradas como produções de grande valor, porque de alguma forma os seus esforços foram colocados nos papéis para representar algo.

A maneira de como é transmitido o conhecimento nas escolas no Brasil é apresentada em fases e etapas, séries das quais passamos/ou devíamos passar ao longo dos anos escolares, mas em alguns casos, essas etapas são deixadas de lado e/ou não concluídas, quando trata-se da educação infantil, essa etapa que é de

estrema importância para o seguimento das futuras séries, há um déficit, pois muitos pais/responsáveis não tem onde colocar seus filhos, pois na comunidade/bairro não possui creches, nem escolas que tenham essa modalidade que sejam públicas, quando tem é pago, e nem sempre os pais tem condições financeiras para custear com as mensalidades.

Conforme a concepção freiriana a alfabetização, há um significado mais extenso, com o domínio da escrita, do código, mas que viabilize ao educando uma leitura crítica do mundo. Segundo Magda Soares, citada por Marlene Carvalho (2010, p. 63), “no Brasil os conceitos de alfabetização e letramento se misturam, se sobrepõem e constantemente se confundem.”. Que de acordo com Carvalho, não é um fator positivo, visto que ela defende o processo de alfabetizar e letrar, apesar de interligados, são diferentes, ou “específicos”. Ressalta que “alfabetizar é ensinar o código alfabético; letrar é habituar o aluno com os variados usos sócias da leitura e da escrita.”

Para Silva (2010), a maior dificuldade enfrentada pelos educadores “é o de combinar esses dois processos: alfabetização e letramento, proporcionando aos alunos a apropriação do sistema organizacional alfabético-ortográfico da língua, além o controle das habilidades de leitura e escrita relacionadas ao seu cotidiano”. E sabe-se que a alfabetização e o letramento são metodologias distintas, ainda assim inseparáveis, requerem também procedimentos diferenciados para cada um deles.

Nessa perspectiva de Soares (2003) salienta uma discussão que se refere à alfabetização e letramento quando aponta que o ensino a muito tempo está sendo transmitido de forma equivocada, à medida que primeiro se alfabetiza e posteriormente passar para o método do letramento. Tendo em conta que ambos são institutos distintos, ela reforça que “esse é um equívoco sério, uma vez que as duas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo, portanto uma não é pré-requisito da outra”. E ela continua afirmando que “a alfabetização é algo que deveria ser ensinado de forma ordenada, e não ser diluída no processo de letramento”.

Para se formar leitores e escritores é necessário disponibilizar instrumentos, para terem condições de inovar, buscar informações, conhecer, explorar, terem sua própria opinião, mais não esquecendo que essa busca do conhecimento, tem como objetivo, dar base para os pensamentos críticos dos alunos,

e vivam as emoções transmitidas por meio das leituras e consigam se expressarem através da oralidade ou da escrita.

A criança necessita, que processo de leitura e escrita seja eficaz, e para que isso aconteça é imprescindível a união da alfabetização e do letramento. Tendo acesso à escola com boa estrutura, professores capacitados, além do acompanhamento do estado e dos pais, pois são esses os pilares para uma educação de qualidade: Escola-Estado-Família, pilares que fomentam a educação em todos os seus níveis.

Na BNCC (2018), consta que, “No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, dá-se prosseguimento às experiências com a língua oral e escrita desenvolvidas na Educação Infantil.”, sendo evidenciada então a sua suma importância para os alunos que ingressam nos primeiros anos do ensino fundamental. Isso torna a educação infantil ponto principal para o desenvolvimento das habilidades e competências que são específicas dessa fase.

3.1 O 1º Ano do Ensino Fundamental

A Lei n. 11.274 de 2006, instituiu a obrigatoriedade do ensino fundamental de nove anos, com matrícula aos seis anos de idade, e que estabeleceu prazo de cinco anos para que todos os sistemas se adaptem à ampliação do ensino fundamental. Nesse prazo, devem ser tomadas providências, como a adaptação da estrutura física das escolas, a construção de salas de aula e a formação continuada de professores e gestores de educação.

De acordo com Rapoport (2009) toda essa mudança para o ensino fundamental de nove anos, no qual as crianças ingressam com seis anos no primeiro ano e não mais com sete anos na primeira série, faz com que a proposta pedagógica precise ter como ponto de referência as especificidades infantis, as características de desenvolvimento e aprendizagem e a realidade do contexto socioeconômico e cultural, a realidade que a criança vive, no qual os educandos encontram-se inseridos.

Ao entrar no ensino fundamental é mais um momento de desafio e novidade que poderá ser vivido com alegria, tranquilidade, ou com insegurança. Esse é um momento de adaptação que deve ser considerado as peculiaridades da idade, ou seja, a faixa etária que requer um novo olhar, nova estrutura de organização dos conteúdos em um ensino fundamental de nove anos, considerando o perfil de seus alunos, tendo um olhar mais leve e mais compassivo.

A mudança no ensino fundamental, na sua estruturação, tem como ponto principal que a criança ingressando aos seis anos na escola terá mais tempo frequentando-a, adaptando-se a rotina escolar e suas regras. Como o ingresso na educação infantil requer um processo de adaptação, as crianças que nunca frequentaram uma instituição educativa e chega à escola no 1º ano merecem um cuidado especial no processo de adaptação, ou seja, o ambiente seja físico ou não no seu interior deve contemplar e aproximar-se das características e necessidades do universo infantil.

No caso das crianças que nunca tiveram experiência escolar anteriores, passam por dificuldades para adaptarem-se com professores, conteúdos, exigências, colegas e espaços, além da rotina de ir à escola, a convivência com colegas, aprender a partilhar, conviver e brincar. Não se trata de inserir na educação dessas crianças os conteúdos e atividades da primeira série, mas adquirir nova estrutura no planejamento. Tais crianças possuem necessidades e características consideráveis que precisam ter relevância no processo educacional e na prática como também a sua adaptação e ingresso. Deve haver uma preocupação do qual seja necessário refletir em uma proposta que não as frustre, pois essas crianças permanecerão bastante tempo ainda na escola.

A expectativa da alfabetização é um fator que afeta as crianças, pais, diretores e professores. A primeira série está ligada até então ao aprender ler e escrever, a tal mudança não será tarefa fácil. Por outro lado, o processo de adaptação poderá ser influenciado por cobranças equivocadas, principalmente das próprias famílias, leva-se a entender que as crianças de seis anos não serão levadas à escola para já aprenderem a escrever.

Uma das preocupações está em como recebê-las sem as assustarem e de que maneira é possível acolhê-las como crianças que vivem no singular da infância, como encantá-las com saberes e outras que já trazem referência da educação infantil. Considerando-se a complementaridade entre teoria e os múltiplos aspectos do desenvolvimento, são apresentadas algumas visões que caracterizam a criança de seis anos e que podem contribuir com o trabalho realizado no primeiro ano, particularmente, o período entre seis anos configura-se como divisor de águas entre o pensamento infantil voltado ao imaginário e aquele que se preocupa em adaptar-se ao mundo real, depende de características muito particulares de interação entre a

criança e o meio em que vive e não apenas da idade cronológica, o que permite essa mudança no desenvolvimento cognitivo, são as possibilidades de interação de que elas dispõem.

O ensino fundamental de nove anos não foi concebido com intento de levá-las a terem contato mais cedo com conteúdos escolares, mas de fazer com que elas se apropriem mais cedo das oportunidades de conhecimento que a escola propicia. Tampouco se quer adiantar os processos de ensino da escrita e da matemática, infelizmente, muitas crianças brasileiras chegam ao ensino fundamental sem a possibilidade de interagirem com certos objetos de conhecimento, pois muitas provêm de comunidades com carência de acesso a bens culturais, de pais que não sabem ler e escrever.

Segundo Piaget, citado por Rapoport (2009), dos dois aos setes anos, a criança encontra-se no estágio do desenvolvimento que é chamado de pré-operatório. Durante este tempo, o pensamento ainda não segue regras muito elaboradas e entrega-se à fantasia, caracteriza-se por grande imaginação, curiosidade, movimento, desejo de aprender e conhecer através do brincar e do uso de múltiplas linguagens. Colaborando com o pressuposto, Barbato (2008, p. 21) afirma que: A aprendizagem está vinculada ao lúdico, assim como é por meio do faz de conta e de outras linguagens que a criança expressa seu mundo interno, seus sentimentos, afetos, etc. destacam-se em particular a necessidade de se refletir que, ao antecipar o ingresso na primeira série do ensino fundamental, se não houver uma preocupação com esta questão, o tempo da criança de brincar estará reduzido e a sua forma de aprender e de se expressar também será afetada.

O primeiro ano configura-se como um período em que as crianças podem e devem experimentar, com riqueza de atividade intelectual, os conteúdos escolares. Podem fazer essa aproximação através do brinquedo, do teatro, das artes, etc. Elaboram produções de suas vidas e pensam sobre, por exemplo, o caminho que fazem para chegar até a escola.

Enquanto a educação infantil está voltada para o exercício do pensamento em termos de imaginação e espontaneidade, o primeiro ano volta-se para os diversos níveis de raciocínio que ali se encontram, mas em busca de uma atividade mental um pouco mais rigorosa, que visa a construção das operações concretas.

Segundo Freud, citado por Rapoport (2009), a Latência e sublimação são as duas características principais da criança de seis anos. Assim, temos na infância, a fase oral, a fase anal, a fase fálica e a fase da latência. A criança de 6 anos deve estar passando por essa fase da latência. Na latência a energia sexual é redirecionada para fins não sexuais. Todo este processo de desvio das pulsões para fins não sexuais permite que a criança passe a investir nas relações sociais com outras crianças e espaço para ligações afetivas com outros adultos que não seus pais.

A criança, na fase da latência, tem todas as características necessárias para empreender a nova tarefa que é o ingresso no mundo escolar – capacidade de esperar, de tolerar frustrações, de sentimentos de empatia, de aceitação de regras de investimentos afetivos fora do seu núcleo familiar.

Neste sentido, os professores e o ideal escolar vão ocupar parte do lugar ocupado pelo ideal parental. Assim, é a tarefa dos professores e da escola permitir e estimular que a capacidade sublimatória se desenvolva, para isso é necessário que a criança seja escutada nas suas necessidades, trocas afetivas e curiosidades a respeito do mundo para que o conhecimento seja transmitido de forma prazerosa.

Erikson, também citado por Rapoport (2009), destaca por fim, a teoria do desenvolvimento psicossocial proposta, ele propõe uma teoria organizada em oito estágios, sendo que a criança que ingressa no ensino fundamental com seis anos encontra-se no quarto estágio, chamado de indústria x inferioridade e que envolve o período entre seis e doze anos. Nesta fase, diminui a fantasia característica do estágio anterior e a criança começa a se envolver em tarefas reais, não substituindo o seu desejo e necessidade de brincar. É um período apropriado para aprendizagens importantes como ler, escrever e calcular.

O começo da experiência escolar está relacionado ao sentido de indústria, de produzir algo, de ser e sentir-se capaz de aprender e se inserir no grupo social. É uma etapa decisiva em termos sociais, pois a criança começa a aprender a fazer coisas de forma cooperativa (divisão de trabalho), conforme Ferreira e Ries (2002) destacam.

Na figura 1 demonstra as competências que esse aluno deve ter acesso ao entrar no 1º ano do ensino fundamental:

Figura 1: Competências que o docente deve apresentar ao entrar no 1º ano do Ensino Fundamental

Análise linguística: apropriação do Sistema de Escrita Alfabética	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Escrever o próprio nome.	I/A/C		
Reconhecer e nomear as letras do alfabeto.	I/A/C		
Diferenciar letras de números e outros símbolos.	I/A/C		
Conhecer a ordem alfabética e seus usos em diferentes gêneros.	I/A/C		
Reconhecer diferentes tipos de letras em textos de diferentes gêneros e suportes textuais.	I/A	A/C	
Usar diferentes tipos de letras em situações de escrita de palavras e textos.	I	A/C	C
Compreender que palavras diferentes compartilham certas letras.	I/A/C		
Perceber que palavras diferentes variam quanto ao número, repertório e ordem de letras.	I/A/C		
Segmentar oralmente as sílabas de palavras e comparar as palavras quanto ao tamanho.	I/A/C		
Identificar semelhanças sonoras em sílabas e em rimas.	I/A/C		
Reconhecer que as sílabas variam quanto às suas composições.	I/A/C		
Perceber que as vogais estão presentes em todas as sílabas.	I/A/C		
Ler, ajustando a pauta sonora ao escrito.	I/A/C		
Dominar as correspondências entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro, de modo a ler palavras e textos.	I/A	A/C	C
Dominar as correspondências entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro, de modo a escrever palavras e textos.	I/A	A/C	C

Fonte: PNAIC I- Introduzir; A- Aprofundar; C- Consolidar;

Como sabemos o professor um dos pilares principais da educação, cabendo a ele dirigir o aluno a conseguir alcançar essas competências e habilidades, com atividades variadas, com recursos, etc., e o apoio da família que essencial para que todas essas habilidades sejam alcançadas no tempo certo, que é até o 3º ano, onde todas essas competências e habilidade devem estar consolidadas.

3.2 A Alfabetização do 1º Ano

Para Rapoport (2009), o ingresso no ensino fundamental, no primeiro ano é mais um momento de transição na vida da criança, trazendo-lhe muitas novidades e desafios, vividos com plena alegria e tranquilidade, outras com insegurança, ansiedade ou medo. De acordo com as orientações gerais do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a transição vai além da inclusão de mais um ano de ensino, não trata de transferir para as crianças de seis anos os conteúdos e atividades da tradicional primeira série, mas o de conceber uma nova estrutura de organização dos conteúdos

em um ensino fundamental de nove anos, considerando o perfil de seus alunos. Segundo com a Rapoport (2009), a expectativa de alfabetização é um fator que afeta as crianças, pais, professores, diretores, toda a comunidade escolar e outras pessoas que se relacionam com este universo.

As representações sociais acerca da primeira série estão ligadas ao aprender a ler e escrever e mudar essas representações, agora no contexto do primeiro ano, provavelmente não será tarefa fácil. A autora enfatiza que quando a criança ingressa no primeiro do ensino fundamental, ela dispõe de um amplo vocabulário que lhe proporciona expressar oralmente suas ideias, sentimentos, interesses, desejos e necessidades. Demonstrem conhecimento básico sobre os usos e significados da leitura e da escrita, bem como já consegue fazer representações gráficas do código escrito.

Para Pinazza (2007), com definição de que o primeiro ano não se resume a uma mera adaptação das atividades da pré-escola ou da primeira série, é importante organizar e preparar os planos de estudos, o espaço físico e as salas de aula do primeiro ano, é preciso construir um ambiente lúdico, com espaço para brincadeira e jogos, ampliando o acesso e a participação da criança no processo de alfabetização e de letramento, ambos entendidos como eixos estruturantes do plano de estudos do primeiro ano. Assim, considerando que a proposta para o primeiro ano prioriza a definição de uma classe lúdica, focada no processo de aquisição da leitura e escrita, a tarefa do professor é propor desde o primeiro dia de aula, um encontro da criança com o conteúdo da aprendizagem, ou seja, a leitura e escrita.

Pinazza (2007) afirma também que nas salas de primeiro ano devem existir muitos materiais escritos como: alfabeto na parede, cartazes temáticos, jogos, textos coletivos, alfabetário, desenhos, quadro de sílabas, quadro numérico até 100, calendário, coleções escritas espontâneas.

Esses materiais servem como modelo para as crianças na construção das suas hipóteses de leitura e escrita. É importante ter na sala uma biblioteca, composta com livros e gibis que apresentam as diferentes formas de escrita: maiúscula, minúscula e cursiva. Nesse espaço pode ser realizado um trabalho individual, em que cada aluno escolhe o que deseja ler, como coletivo. Uma vez por semana, os alunos vão à biblioteca da escola onde participam da hora do conto e retiram livros para

levarem para casa. Para Rapoport (2009), o lúdico foi entendido como central para o trabalho desenvolvido no primeiro ano. Ele auxilia no desenvolvimento da socialização, da construção de valores, regras e também na apropriação de conceitos e procedimentos relativos às diversas áreas do conhecimento, como diz: O primeiro ano do ensino fundamental de nove anos deverá ser desenvolvido como processo de aprendizagem de forma lúdica, respeitando a faixa etária das crianças, sua unicidade e sua lógica.

A escola deve disponibilizar espaços, brinquedos, materiais didáticos e equipamentos que configurem o ambiente alfabetizador compatível com o desenvolvimento da criança nessa faixa etária (CEED, 2005, p.5). Desta forma a alfabetização transcende a questão mecânica versus compreensão. Correspondendo uma dimensão social, não é a mesma para todas as sociedades nem para todas as camadas sociais de uma mesma sociedade. Por isso aborda hoje em letramento ou alfabetização funcional.

Esse processo é complexo, multifacetado e possui condicionantes sociais, culturais e políticos importantes, por isso é tão difícil pensar um método de alfabetização, criar material didático e formar o alfabetizador, para não haver fracasso, o primeiro ano deve determinar quais são as propriedades, atributos e condições que caracterizam a alfabetização ou a criança alfabetizada.

Um dos eixos norteadores da ação educativa no primeiro ano do ensino fundamental deve ser o desenvolvimento das múltiplas linguagens, a socialização, o desenvolvimento da criatividade e da autonomia. Para isso, o professor precisa constituir uma prática docente que alie e incorpore diferentes elementos de linguagem, além de garantir, seu dia a dia, a prática do planejamento e da reflexão sobre o realizado.

De acordo com Rangel (2009), como integrar esses diferentes aspectos no processo de alfabetização? Primeiro, desenvolvendo o princípio do prazer. A aprendizagem precisa ser prazerosa. Como conseguir isto? Trata-se de crianças pequenas, elas adoram cantar, dançar, pular e saltar. Têm muita energia e pouca possibilidade de ficarem imóveis, ou sentadas por muito tempo. Poderão até se concentrar muito fazendo algum jogo ou brincadeira, mas jamais como expectadoras passivas.

O processo de alfabetização deve abranger o conhecimento total das crianças, para que o educador possa montar a melhor estratégia de ensino-aprendizagem no seu trabalho em sala de aula. Desde os seis anos pode-se realizá-la com uma atividade coletiva de ditado, no qual se incentiva as crianças a escreverem do jeito que elas acham, cada aluno deverá inicialmente escrever seu nome e depois palavras com uma, duas, três, quatro sílabas e assim por diante.

A alfabetização inicia-se com a preparação da sala e a definição de uma rotina que contemple diversas atividades tais como: jogo livre, artes plásticas, música, educação física, recreação no pátio, e outras que a escola ou professor julgar conveniente. Falando em música, pode-se selecionar uma série delas, do agrado do grupo e começar a alfabetização utilizando-as, seleciona-se a primeira música, as crianças aprenderão a cantá-la, a coreografá-la, a confeccionar instrumentos musicais e tocá-la.

As atividades poderão ser aquelas de colocarem a letra da música num cartaz grande e a professora apontará cada palavra que está sendo cantada. Não basta pendurar o alfabeto na parede, é preciso explorá-lo, verificar se todas as crianças estão dando o mesmo nome aos desenhos, se está claro para elas o que está desenhado, se são palavras do seu vocabulário, por isso todos os tipos de sílabas devem estar representados no alfabeto de parede.

Segundo Rangel (2009), para se chegar ao conhecimento da linguagem escrita é necessário saber o que ela representa. Algumas acreditam que se escrevem como desenho, sem o qual não se pode ler; outras têm uma ideia de que nossa escrita representa; o objeto e não o som.

As primeiras escritas no processo de alfabetização geram erros frequentes no início do mesmo. Surge então uma pergunta clássica: Deve se corrigir a criança ou deixá-la escrever errado? Alguns pesquisadores utilizam a teoria de Ferreiro que aponta o erro como uma etapa natural e necessária para a criança aprender, e a partir dessa leitura concluem que o professor não deve inibir a criança. Segundo Ferreiro (2001), no desenvolvimento da escrita, a dificuldade para adotar o ponto de vista da criança é tão grande que ignoramos completamente as tentativas infantis para compreender o sistema de escrita.

Até há poucos anos as primeiras tentativas de escrever feitas pelas crianças eram consideradas “garranchos”, como se a escrita devesse começar diretamente com letras convencionais bem-feitas. Tudo o que ocorre antes é simplesmente considerado como tentativas de escrever e não como escrita real, mais ainda quando as crianças começavam a traçar letras convencionais, porém numa ordem não-convencional, o resultado é considerado uma “má” reprodução de alguma escrita que, por certo, teriam observado em algum outro lugar. Não é fácil encontrar educadores e investigadores capazes de interpretar todas as sutilezas envolvidas nas produções escritas que precedem qualquer tentativa de estabelecer uma correspondência entre letras e sons.

A criança irá errar sim, pois ela acabará aprendendo a escrever certo, o erro é importante. Ficará mais confiante, podendo escrever, comunicar-se e a correção virá com o tempo. Outro erro comum no início da aprendizagem da escrita de palavras iniciando da direita para a esquerda é a inversão ou a troca de letras, como ADNIA (para escrever Diana), ou ANAID, por exemplo. Isto é natural, e ocorre porque as crianças tratam as letras como se fossem objetos. Basta explicar-lhe que com as letras esse método não funciona que é preciso prestar atenção para o lado onde está virada e de que se escreve da esquerda para a direita. Insiste-se com a criança algumas vezes, até que ela memorize a informação.

A maioria das escolas, porém, não permite que a criança faça o seu aprendizado pela escrita como fez do da fala. Ela não tem a liberdade para tentar, perguntar, errar, comparar, corrigir; tudo deve ser feito “certinho”, desde o primeiro dia de aula. (CAGLIARI, 2001, p.121). Geralmente os docentes não percebem que a criança tem liberdade de errar, perceber, perguntar, corrigir.

Tudo isso faz parte de um processo de associações, comparações e descobertas fundamentais para que se sintam seguros para atuarem diante das descobertas que acontecem durante a sua escolaridade. Para Rangel (2009), passada essa primeira etapa, na qual as letras são escritas de qualquer forma e apenas a primeira é representada, os alunos escreverão uma letra para cada sílaba. Alunos muito pequenos que estejam num processo inicial de alfabetização se esforçam muito para escrever.

É muito penoso para eles, pois os menores não possuem a motricidade fina bem desenvolvida e nenhum deles o domínio da forma das letras. Escrever uma palavra lhes consome muita energia, o ideal é que tenham pouquíssimas sessões com a escrita, é preciso pensar ainda que as sessões em que estejam sentados não devem ultrapassar de 30 a 45 minutos.

É preciso alternar jogos de motricidade ampla com os jogos de motricidade fina, ainda que todos impliquem aprendizagem da alfabetização, dando um total de três horas por dia de jogos e atividades de alfabetização para as crianças de seis anos. Ainda de acordo com Rangel (2009), a criança de seis anos deve escrever de forma espontânea e sua iniciativa valorizada. O incentivo do professor deve vir em momentos significativos e que justifiquem a escrita, ensinar a ler e escrever exige um estudo constante para conhecer como as crianças aprendem as práticas de linguagem e as atividades fundamentais em classe.

O que não pode faltar na sala de aula é identificar o que cada criança da turma já sabe, o conhecimento que ela já carrega, realizando atividades com foco no sistema de escrita, perpassando nas práticas de linguagem, utilizando projetos didáticos para alfabetizar trabalhando com sequências didáticas e por fim incluir atividades permanentes na rotina.

4 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PONTO PRINCIPAL DA EDUCAÇÃO

4.1 O que é formação docente?

A formação profissional do docente é parte principal de uma boa metodologia dentro da sala, é evidente que ter uma formação continuada e mais aprofundada sobre os novos métodos de ensino é de suma importância, na escola campo de pesquisa as professoras tem pós-graduação e mestrado algumas em processo de doutorado. Isso mostra uma preocupação de ter profissionais qualificados em seu quadro de docentes.

Segundo Libâneo (2001), o curso de Pedagogia deveria formar um profissional com habilidades para atuar em vários campos educativos, formais ou informais, e não apenas para a gestão administrativa e pedagógica, ser um profissional capaz também de propor e além de analisar criticamente políticas educacionais, nos diferentes contextos e instâncias. O autor propõe, alguns exemplos, como o de atuar em programas sociais, como em serviços para a terceira idade, de lazer e animação cultural, editoria e requalificação profissional.

Na fase da alfabetização, é indispensável falar sobre o professor, sobre o trabalho docente, trabalho esse que ao longo dos anos tem se mostrado um papel importante na sociedade, Costa (1999), explica que a profissão docente está ligada com a ideia da educação ser um processo que se consolidou nas sociedades para que os indivíduos entendam sua história pessoal e coletiva das sociedades.

O papel docente foi efetivado historicamente pelo fato do homem viver em sociedade, por conta disso viver experiências, interagir uns com os outros e assim aprender com essas interações, nascendo aí um modelo de educação, que ao longo dos anos foi se modificando para atender as necessidades das sociedades. Costa 1991 *apud* Nóvoa (1991):

[...] revela que os professores não foram apenas instrumentos uteis na mão do Estado para veicular sua ideologia e assegurar a manutenção de seus interesses. Eles também agiram em causa própria, acreditando que ao promover a valorização da educação estavam valorizando sua função social e seu status profissional. À medida que a escola passa a se constituir em instrumento privilegiado da estratificação e da mobilidade social, os docentes se investem de um grande poder pois, detentores das chaves da ascensão social atuam, simultaneamente, como agentes culturais e como agentes políticos. (COSTA, 1999, p. 79).

Fica evidente o importante papel do professor no âmbito escolar, e a importância do mesmo a sociedade, sendo uma das profissões mais importantes, há

a máxima de que que “se não fosse o professor nenhuma outra profissão existiria”, pois é o professor que forma os outros profissionais.

Outro autor que fala do trabalho decente é Luckesi (1991), para ele o papel do professor passa pelo planejamento, execução e avaliação:

O docente, em sua atividade intencional, deverá organizar o seu trabalho, tendo em vista executar mediações que conduzam à consecução dos objetivos estabelecidos. Se se tem como meta o trabalho pela democratização da sociedade e se se compreende que esta não pode ocorrer sem que os sujeitos possuam sua independência, importa que o educador, como profissional que tem claro que o setor da Educação é uma das mediações sociais que podem servir à luta pela democratização, deverá ter conhecimento dos fins a serem obtidos, assim como dos princípios e meios científico se tecnológicos disponíveis para a obtenção do que traçou como resultado final de seu trabalho. (LUCKESI, 1991. pág, 102).

O professor (Docente) segundo Luckesi (1991) é responsável por organizar o modo de como trabalhar, a maneira como vai conduzir suas aulas, podendo abrir para o diálogo, trazendo questionamentos, podendo tornar seus alunos mais críticos.

Luckesi (1991) aborda o tema ao entender que o professor desenvolve uma atividade intencional e que:

[...] deverá organizar o seu trabalho, tendo em vista executar mediações que conduzam a consecução dos objetivos estabelecidos. Tem-se como meta o trabalho pela democratização da sociedade e se compreende que esta não pode ocorrer sem que os sujeitos possuam sua independência, importa que o educador, como profissional que tem claro que o setor da Educação é uma das mediações sociais que podem servir a luta pela democratização, deverá ter conhecimentos dos fins a serem obtidos, assim como dos princípios e meios científicos e tecnológicos disponíveis para a obtenção do que se traçou como resultado final de seu trabalho. (LUCKESI, 1991, p. 92)

Para o autor, o trabalho do professor garante uma mediação social, que como resultado luta pela democratização do ensino, o que contribuem para uma educação multifacetada.

O trabalho docente dentre as muitas facetas constitui uma das chaves para a compreensão das transformações atuais das sociedades do trabalho, quando se identifica a docência como umas das mais antigas profissões modernas. Essa relação de trabalho em qualquer profissão deve estar relacionada com o objeto de trabalho.

Esse trabalho que ao longo dos anos foi se modificando para atender as necessidades da sociedade, é hoje um instrumento de relevância pois além de gerar conhecimento, dá oportunidade para que os alunos sejam conscientes, além de críticos e pensadores, se bem desenvolvido desde a base esse trabalho com os alunos.

Libâneo (2017), explica que o professor é de fundamental importância no que tange a prática educativa, sendo uma peça importante para a formação dos membros da sociedade, além de ressaltar que a educação é um sistema de instrução e ensino com propósitos intencionais e que consiste na assimilação de conhecimento e experiências acumuladas pelas gerações passadas. Ressalta que a didática interfere de forma significativa na formação do professor para dirigir competentemente o processo de ensino, no que se refere:

A formação do professor abrange, pois, duas dimensões: a formação *teórico-científica*, incluindo a formação acadêmica específica nas disciplinas em que o docente vai especializar-se e a formação pedagógica, que envolve os conhecimentos da Filosofia, Sociologia, História da educação e da própria Pedagogia que contribuem para o esclarecimento do fenômeno educativo no contexto social; a *formação técnico-prática* visando à preparação profissional específica para a docência, incluindo a Didática, as metodologias específicas das matérias, a Psicologia da Educação, a pesquisas educacionais e outras. (LIBÂNEO, 2017, pág. 27).

No contexto da institucionalização da escola, a partir da segunda metade do século XVIII, o Estado tomou para si a responsabilidade pela escolarização das crianças, dando início a um processo identificado por Nóvoa (1991) como a gênese do desenvolvimento da docência como profissão. Nessa conjuntura, o Estado adotou uma série de medidas que visavam a unificação do ensino que, até então, era ministrado, em sua maioria, por religiosos que assumiam a docência como uma ocupação secundária.

Quando pensamos nos desafios para o trabalho do professor intencional e planejado, há a necessidade de buscar o papel do professor como autoridade pedagógica do ensino, principalmente na primeira infância. Nesse sentido, Arendt (2013) nos alerta para o fato de que a educação para a primeira infância é necessária não apenas para preparar as crianças para a vida e suas necessidades, mas primordialmente porque temos que fomentar sua participação ativa no mundo social em que estão inseridas. Nesse sentido, não educamos a criança apenas para atender seu processo vital ou para satisfazer seus desejos, mas primordialmente para que ela desenvolva os potenciais e as experiências necessárias para uma vida de qualidade e mais humanizada.

Em entrevista para a professora Lucíola Santos da Universidade Federal de Minas Gerais em 2012, o professor Antônio Nóvoa explica que é preciso ter uma atenção na formação dos professores que integra a formação científica e cultural e além de ter uma nova orientação dos estudos e novos modo de organização do

trabalho universitário, ressalta que o aconselhamento dos estudantes, a tutoria e o seu enquadramento têm hoje uma centralidade que antes não tinha.

A formação profissional que o professor Antonio Nóvoa (1997) ressalta em seus estudo e trabalhos, nos mostra o quão é importante dentro da sala de aula a formação que esse professor teve antes de estar na escola lecionando, e que essa formação é um diferencial no dia a dia das aulas, ter uma fundamentação teórica aprofundada além de uma formação cultural consolidada, isso faz do professor apto a dar melhores exemplos e uma aula mais diversificada. Na atividade docente, o professor mobiliza saberes construídos durante sua formação e no decorrer do exercício da profissão (NOVOA, 1997).

Segundo Nóvoa em entrevista para a revista *education* em 2018,descreve que a *Profissionalidade docente* que o professor deve ter, que estão divididos em cinco tópicos: *o conhecimento* é um construir de saberes que o professor concebe durante sua formação profissional; *a cultura profissional* é compreender os sentidos da instituição escolar, é aprender com os colegas mais experientes, é ter um diálogo ativo com os demais professores; *o tato pedagógico* é a forma como esse professor induz as aulas, como cativa os alunos, que tenha uma linguagem compatível ao nível da turma, saber direcionar os questionamentos etc.; *o trabalho em equipe* está focado no trabalho colaborativo, na intervenção conjunta nos projetos educativos da escola.

Magda Soares (2007) fala sobre um olhar histórico sobre a alfabetização escolar no Brasil que revela uma trajetória de sucessivas mudanças conceituais e, consequentemente, metodológicas, que a educação passou durante os últimos anos. Ela fala em seu livro letramento: um tema em três gêneros, o que é alfabetização e letramento, dentre os conceitos que ela ressalta é a alfabetização e explica o que acontece a quem não ainda não foi alfabetizado:

Analfabeto é aquele que é privado do alfabeto, a que falta o alfabeto, ou seja, aquele que não conhece o alfabeto, que não sabe ler nem escrever. Analfabetismo é o modo de proceder como analfabeto. Alfabetizar é tornar o indivíduo capaz de ler e de escrever. Alfabetização é a ação de alfabetizar, de tornar alfabeto. (SOARES, pág.2, 2017).

Para Magda Soares (2017), o letramento possui seguimentos que devem ser seguidos para que haja uma boa aprendizagem onde seja significativa, que o indivíduo apropriasse desse aprendizado, então ela reforça que o:

Letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, com consequência de ter se apropriado da escrita e de suas

práticas sociais. Apropriar-se da escrita torná-la própria, ou seja, assumi-la como propriedade. Um indivíduo alfabetizado, não necessariamente um indivíduo letrado, pois ser letrado implica em usar socialmente a leitura e a escritura e responder às demandas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, pág.2, 2017).

Soares (2017) ressalta que o indivíduo alfabetizado não é necessariamente um sujeito letrado, sendo importante o trabalho do docente nessa perspectiva, de se apropriar e desenvolver essas habilidades na fase da educação infantil.

Pode-se dizer que atual configuração dos cursos de formação de professores deixa a desejar por vários motivos. Nóvoa (2001), por exemplo, quando analisou as dificuldades dos professores ao colocarem em prática as concepções e modelos inovadores, e aponta como razão principal o fechamento das instituições de formação dentro de si mesmas, seja por causa de um academicismo excessivo, seja a um empirismo tradicional.

O autor identifica que, apesar do equilíbrio entre a inovação e a tradição configurar uma tarefa difícil, é necessário o combate efetivo à reprodução de práticas de ensino, porque, frequentemente, esse tipo de prática não se fundamenta em um espírito crítico ou em um esforço para mudanças, deixando assim o ato de ensinar raso e sem fundamentos e significados tanto aos professores quanto aos alunos.

O trabalho do educador é difícil, complicado e muitas vezes bem desafiador, pois compreende questões das mais diversas no que diz respeito à educação, levando em consideração a diferença da educação para as crianças e adolescentes, no ensino regular.

O tema Formação de Professores, especialmente no que tange o curso de Pedagogia, com a certificação deste frequentemente associado à de Orientação e Supervisão Escolar, tem-se constituído em questão presente no panorama da produção na área. Nesse sentido, destaca-se o esforço da Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação (ANFOPE) que, há quase 20 anos, iniciou um movimento para a reformulação desses cursos de formação.

Há os que discordem, como Libâneo (2001), quanto ao entorno desse movimento, já que diferencia o trabalho pedagógico, o qual compreende a atuação profissional do Pedagogo, em um amplo leque de práticas educativas do trabalho docente desenvolvido em sala de aula pelo professor.

Selma Garrido (1999), destaca que repensar a formação inicial e contínua, a partir da análise das práticas pedagógicas e docente é de extrema importância e tem se tornado uma demanda interessante ao mercado de trabalho nos últimos anos.

Para Selma (1999), nas práticas docentes estão contidos elementos importantes, como a problematização, a intencionalidade para encontrar soluções, a experimentação metodológica, enfrentamento de situações de ensino complexas, as tentativas radicais, mais ricas e mais sugestivas de uma didática inovadora.

Segundo a autora (1999), a formação de professores na tendência reflexiva configura como uma política de valorização do desenvolvimento pessoal-profissional dos professores e das instituições escolares, uma vez que supõe condições de Trabalho propiciadoras da formação como continua dos professores, no local de trabalho, em redes de auto formação, e em parceria com outras instituições de formação.

Para Donald Alan Schön (1992), trabalhar o conhecimento na dinâmica da sociedade multimídia, da globalização, da multiculturalidade das transformações nos mercados produtivos, na formação dos alunos, crianças e jovens, também eles em constante processo de transformação cultural, de valores, de interesses e necessidades, requerem permanente formação, entendida como ressignificação identitária dos professores, tornando a formação continuada necessária e de extrema relevância para a educação de qualidade na escola.

Donald (1992) ressalta que à medida que os professores tentam criar condições para uma prática reflexiva, é muito possível que se venham a confrontar com a burocracia escolar. A burocracia de uma escola está organizada à volta do modelo do saber escolar e isto pode ser verificado se considerarmos, por exemplo, o plano de uma aula, ou seja, uma quantidade de informação que deve ser “cumprida” no tempo de duração de uma aula. Mais tarde os alunos serão testados para determinar se a quantidade de informação foi transmitida de forma adequada.

Para Donald (1992), a escola divide o tempo em unidades didáticas e divide o espaço em salas de aula separadas que representam níveis, tal como os horários letivos representam períodos de tempo nos quais se dá cumprimento a planos de aula. Do mesmo modo a educação é trabalhada nos dias atuais no Brasil, a mesma forma de transmitir conhecimento, salvo algumas exceções.

Um dos principais pontos do PDE (2007) é a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação. A questão é urgente, estratégica e reclama resposta nacional. Nesse sentido, o PDE promove o desdobramento de iniciativas fulcrais levadas a termo recentemente, quais sejam: a distinção dada aos profissionais da educação, única categoria profissional com piso salarial nacional constitucionalmente assegurado, e o comprometimento definitivo e determinante da União com a formação de professores para os sistemas públicos de educação básica.

O papel do professor é importante na etapa de transição e inserção da criança no 1º ano do ensino fundamental, é nesse momento que ele irá realizar um levantamento individual de cada aluno e estabelecer estratégias para realizar atividades que possam atender os alunos e continuar o processo de alfabetização, desenvolvimento das habilidade e competências, estimular o hábito da leitura e da escrita.

5 ESTRUTURA METODOLOGICA DA PESQUISA

5.1 Abordagem metodológica.

A presente pesquisa se caracterizou como qualitativa que, para Minayo (2003) é o meio do pensamento a ser adotado. Na qual preenche um espaço essencial na teoria e trata-se principalmente de um englobado de técnicas a serem usadas para conceber uma realidade. A pesquisa é assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade. Lakatos (2001) afirma que, é de extrema importância que se faça claro os métodos e conceitos da pesquisa, para que o pesquisador formule questões referentes de fato a realidade do problema, partindo tanto do aspecto visual como prático, levando em consideração a observação, descrição, análise, e conclusão do problema estudado, fazendo uso de conceitos e exemplos de métodos.

Segundo Gil (1999) a pesquisa qualitativa, faz parte de uma atividade da ciência, que tem como objetivo a construção da realidade, mas que se interessa nas ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser calculado, trabalhando no enfoque do universo de valores, crenças juntamente com os seus significados e outros conhecimentos profundos das relações que não podem ser reduzidos à instrumentalização de variáveis, pois a pesquisa qualitativa foca no caráter abstrato do objeto estudando e analisado as suas individualidades e experiências particulares.

De acordo com Gil (1991), apesar de que as pesquisas usualmente indiquem para objetivos específicos, elas podem ter três grupos característicos, os estudos exploratórios, descritivos e explicativos, mais essa pesquisa foi exploratória, na qual envolveu levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que faziam (ou faz) parte da realidade prática, onde o problema foi pesquisado, para assim analisar os exemplos, e ajudar na melhor compreensão da pesquisa. Possui até então a função básica de ampliar, elucidar e transformar concepções e ideias para a formulação de abordagens posteriores.

Desse modo, este tipo de estudo teve o intuito de proporcionar um maior leque no que diz respeito a conhecimentos para referente ao assunto, fornecendo o embasamento necessário para formular problemas mais precisos a realidade, ou até gerar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos vindouros.

5.2 Procedimentos metodológicos.

A pesquisa visou estudar como ocorre o processo de alfabetização e letramento na Escola Municipal da zona rural, UEB Ensino Fundamental Dom José Medeiros Delgado, e quais os desafios que os educadores encontram na transição para o primeiro ano do ensino fundamental, e quais são os métodos usados pelos professores em sala de aula.

A partir de uma abordagem descritiva, foi observado, registrado, e analisado os dados sem modificá-los, e foi desenvolvido um estudo, sendo coletado dados por meio de observação, questionário e entrevista que segundo Diehl (2004) é considerado uma pratica relevante, no que se refere a técnica de coleta de dados, existente nesse tipo de pesquisa.

A pesquisa partiu primeiramente por uma pesquisa bibliográfica que como já foi citado, Gil (1991) diz que é um dos primeiros passos para estruturar de fato uma pesquisa, pois o pesquisador necessita de embasamento teórico para juntar de forma precisa suas ideias e delimitar o problema de forma satisfatória.

Em seguida realizou-se uma pesquisa com característica descritiva e foi feita entrevista com a professora “Flor” que atua na educação nas series iniciais, que segundo Diehl (2014) a pratica de entrevistas necessariamente com indivíduos que possuem o conhecimento prático do problema pesquisado, para que seja analisado propiciando uma melhor compreensão, constitui uma das características da pesquisa descritiva. E como instrumentos foram usados o método de questionários e observação de campo.

5.3 Caracterização da escola Campo da pesquisa.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal, UEB Ensino Fundamental Dom José Medeiros Delgado, situada na zona rural, mais precisamente na Rua da Arvore, número 2, A, Vila Cascavel, na cidade de São Luís- MA, e a mesma possui uma estrutura física adequada para estar em funcionamento.

A escola trabalha com a educação de jovens e adultos, supletivo, ensino fundamental anos iniciais e ensino fundamental anos finais. A infraestrutura segundo dados do Censo/2018 demonstra que tem: Alimentação escolar para os alunos, água filtrada, água de poço artesiano, energia da rede pública, fossa, lixo destinado à coleta periódica, que possui os seguintes equipamentos: TV, aparelho de som. As

dependências da escola possui: 17 salas de aulas, 68 funcionários, sala de diretoria, sala de professores, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), quadra de esportes coberta, cozinha, biblioteca, banheiro dentro do prédio, dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, refeitório, despensa, almoxarifado, pátio coberto e área verde.

5.4 Sujeitos da pesquisa.

Freire (1996, p.136) reitera que “o indivíduo que se permite se abrir ao mundo e aos outros desperta com seu gesto a relação dialógica em que corrobora como inquietação e curiosidade, e como incompleto em permanente movimento na sua história”. Levando em consideração o que Paulo Freire afirma, os sujeitos participantes da pesquisa permitem cortesmente, que o pesquisador participe em suas vidas e compartilhem suas experiências e memórias em benefício do trabalho acadêmico, como indica o trecho a seguir:

[...] Testemunhar a abertura aos outros, a disponibilidade curiosa á vida, a seus desafios, são saberes necessários á prática educativa. [...] A experiência da abertura como experiência fundante do ser inacabado que terminou por se saber inacabado. Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros á procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas (FREIRE, 1996.p. 136).

O sujeito da pesquisa foi a professora “Flor” do 1º ano do ensino fundamental na escola UEB Ensino Fundamental Dom José Medeiros Delgado, sala com 25 alunos matriculados no turno matutino, todos moram nas adjacências da escola e são de família de classe baixa.

Em entrevista a professora “Flor” relatou que se utiliza de métodos tradicionais e o que seria esse “Método Tradicional”? é um dos mais usados, no qual o professor é o sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, repassando seu conhecimento aos alunos, normalmente por meio de aula teórica. Deste modo, em disciplinas e escolas que utilizam somente o método tradicional, as aulas são centradas no professor, que define quais serão os conteúdos repassados aos alunos, assim como a organização de como será efetuado o processo de ensino-aprendizagem (SANTOS, 2011).

5.5 Instrumentos de coleta de dados.

O instrumento de coleta utilizado para dar andamento a essa pesquisa foi um questionário com nove perguntas objetivas e subjetivas voltadas para a formação da professora, métodos de ensino, experiência em sala de aula, rotina em sala de aula e dificuldades enfrentadas. E também por meio da observação da prática da professora em sala de aula e entrevista para obter mais informações que não foram explicitadas no questionário.

5.6 Análise dos dados.

A análise do questionário, a entrevista e a observação das aulas realizadas com professora foram separadas em três tópicos para a reflexão: 1- Histórico das leis que norteiam a educação básica no Brasil; 2- Alfabetização X Letramento; 3- Realidade escolar.

Na tabulação dos dados da pesquisa realizada na escola, constatou que a formação da professora da escola campo de pesquisa, que a mesma possui ensino superior em Pedagogia com especialidade na área da educação e leciona mais de 10 anos na rede pública de São Luís.

E ao conversar com a professora responsável pela sala objeto de estudo desta monografia, ficou evidente as dificuldades que existem, tanto da parte da professora que recebe alunos sem estarem alfabetizados, quanto por parte dos alunos que têm que se deparar com a nova rotina por não terem tido oportunidade de serem alfabetizados antes de entrarem no ensino fundamental, além de estarem com crianças que tiveram acesso a alfabetização e que tem habilidades que foram desenvolvidas nesse fase do ensino.

A professora declarou que além de alguns alunos não terem sido alfabetizados, a ausência dos pais na vida escolar dos estudantes agrava ainda mais o rendimento escolar, e que essa falta fica evidenciado nas avaliações que ela faz durante o ano letivo, como por exemplo: notas baixas, mau comportamento dos alunos, baixa assiduidade, e rendimento a baixo do esperado. Ela menciona que os alunos que realmente são acompanhados pelos pais, dos quais se informam como seu filho estão na escola, fazem os deveres juntos, esses alunos possuem melhores rendimentos escolares. O que evidencia que essa participação na vida escolar dos alunos por parte dos pais é um dos pilares da educação, pois os estudantes se sentem mais apoiados em estudar.

Voltando a falar sobre a formação docente, que é base teórica que fundamenta o trabalho do professor em sala, em resposta ao questionário, a professora relatou que não utiliza nenhum fundamento teórico específico, que elabora suas aulas conforme está no livro didático fornecido pela rede pública. Ressaltando que a mesma falou – *“só assim os alunos absorvem os conteúdos”*, fala que evidencia o método tradicional de ensino.

Além disso há um agravante, no bairro não existe escola de educação infantil, existe apenas uma creche que é da rede privada, como a região que circunda a escola é zona rural, e sabendo que as famílias que ali moram são de famílias de baixa renda, as famílias não tem condições de pagar essa creche, então o primeiro contato com a escola dessas crianças são as séries iniciais do ensino fundamental, sendo assim a grande maioria das crianças que são matrículas no primeiro ano não são alfabetizadas.

Segundo relato da professora “Flor” – *“nem eu sei especificar quantas delas (os alunos) são alfabetizadas”*, e isso é um “problema” para a professora pois ela fala: - *“sou sozinha, não tenho como ensinar todo mundo, são dois tipos de atividades que entrego a eles, faço atividades de cópia do quadro, eu faço o posso”* depois de questionada como ela desenvolve as atividades revelou: - *“eu tiro do livro, da internet, se escola me dá as xerox eu dou pra elas responder, eu não faço nada mais do que isso, eu não vou tirar do meu bolso para fazer recursos para as aulas, a escola deveria dar o materiais”*.

A escola tem uma boa estrutura, é grande, tem inúmeras salas e um grande número de alunos, professores com no mínimo pós- graduação, tem professoras com mestrado, o que fica evidente no rendimento da escola é justamente a falta de creches para que as crianças ao entrarem na escola já tenham desenvolvido habilidades e competências que são desenvolvidas na educação infantil.

A professora ressaltou que: - *“os que passam pela educação infantil, se desenvolvem melhor na aprendizagem da leitura e da escrita”*. Na fala da professora, fica evidenciado que é importante o acesso à educação infantil antes de ir para o ensino fundamental, o que facilitaria o trabalho das professoras que ensinam no primeiro ano na escola Dom Delgado.

Ela falou da nossa ida a escola (prática da disciplina fundamentos e métodos do ensino da língua portuguesa), onde nos foi solicitado que

desenvolvêssemos atividades de leitura com os alunos do primeiro ano, nós trabalhamos o livro “O rei bigodeira e sua banheira”, fizemos todo um trabalho de leitura de imagens, de cada personagem, trazendo a linguagem do livro para idade deles, foram realizadas atividades depois da leitura e encenação da história com alunos, e no fim da prática história foi recontada pelos alunos, receberam coroas para decorar e bigodes para pintar. A professora falou: - *“eu não faço isso com eles, vão se distrair rapidinho, e eu não tenho tempo para fazer esses recursos, muito menos dinheiro”*.

Em fala na entrevista a professora relatou: - *“Eles sempre lembram da história que vocês contaram pra eles, quando digo que vou ler uma história que tem no livro deles, alguns dizem, é a do rei bigodeira professora?”*. Ficou evidente que aquele momento foi relevante na aprendizagem deles, pois foi algo fora do cotidiano, algo diferente, mas que foi absorvido e compreendido.

5.7 Realidade Escolar.

Em reportagem ao G1 (2018) divulgada no dia 27/03/2018 revela que existe ação na justiça contra a Prefeitura por causa de 25 creches e escolas que deveriam ter sido construídas e entregues, já que recursos estão garantidos.

O Ministério Público Estadual diz que a Prefeitura de São Luís já descumpriu diversos termos de ajustamento de conduta a respeito de reformas e entrega de unidades de ensino. Segundo a reportagem existe ação contra a Prefeitura na justiça por causa de 25 creches e escolas que deveriam ter sido construídas e entregues, já que recursos estão garantidos.

"Com relação as creches nós temos um processo judicial tramitando na Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Esse processo está em fase de instrução, mas que já vai para julgamento... obrigando o município a concluir as três iniciais que estavam quase prontas - uma do São Raimundo, uma na Cidade Operária e uma na Chácara Brasil -, e as 25 restantes que ainda não chegaram a essa conclusão" declarou o promotor.

No bairro onde fica localizada a escola UEB Dom José de Medeiros Delgado, não tem Pré-Escola, nem creches que sejam da rede pública como podemos averiguar na imagem a seguir:

As escolas da rede pública de São Luís são avaliadas, assim como todas as demais escolas da rede pública do Brasil, e elas são avaliadas pelo Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações das escolas.

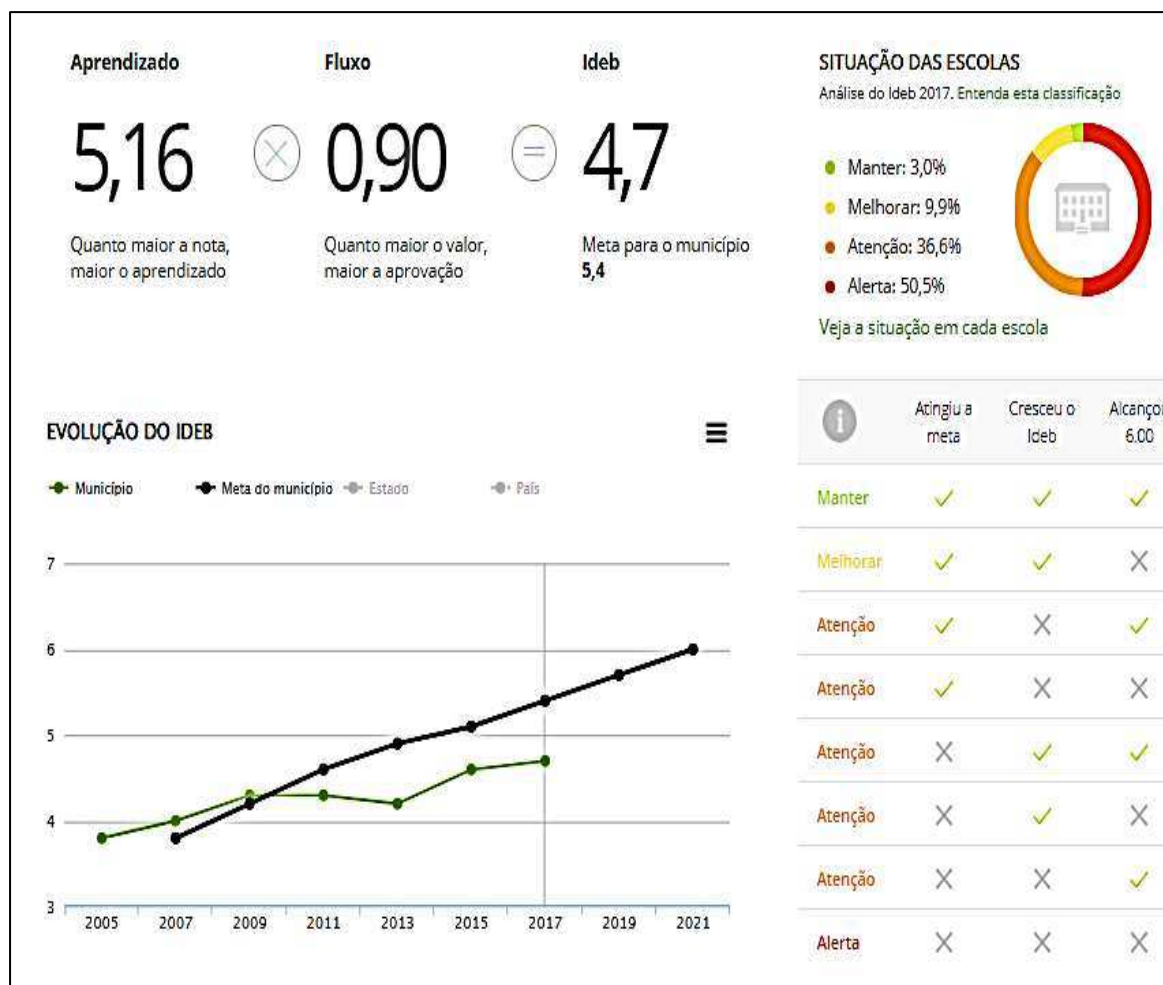
O IDEB é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a **Prova Brasil** – para os municípios.

O IDEB agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice tem variação de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O IDEB também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica, que tem estabelecido, como meta, que em 2022 o IDEB do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

E no município de São Luís o IDEB (2017), na rede municipal cresceu, porém não atingiu a meta de 6,0 e tem o desafio de garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado para as próximas avaliações. A meta para o ano de 2017 era de 5,4 e foi atingido 4,7, como fica evidenciado na figura 2:

Figura 2: IDEB Município de São Luís



Fonte: QEdú.org.br. Dados do Ideb/Inep (2017).

Como podemos observar na figura 2, a maioria das escolas da rede Municipal de São Luís, mais de 50% das escolas tiveram nota abaixo do esperado e apenas 3% das escolas atingiram a meta. O que mostra que tais índices devem ser melhorados, o que inclui a estrutura da escola, professores qualificados, apoio da família, políticas públicas que atendam a esse público, com a construção de creches, formação continuada dos docentes, dentre outros.

Na escola campo de pesquisa UEB Ensino Fundamental Dom Jose Medeiros Delgado os indicadores referentes aos anos de 2005 a 2021, com as notas alcançadas e projeções a serem batidas, conforme figura 3:

Figura 3: Nota das escolas municipais de São Luís



Fonte: QEdU.org.br. Dados do Ideb/Inep (2017).

Podemos observar que no ano de 2015 a escola alcançou a média de 5, 2, já na avaliação do ano de 2017 a escola teve uma redução dessa nota para 4, 5 e sendo que a projeção era de 5, 3, ficando em alerta como podemos verificar na figura.

Como podemos observar no mapa, figura 4, não existe nenhuma creche pública na região que circunda a escola UEB Dom José de Medeiros Delgado, mais conhecida como “Dom Delgado”, podemos ver que existe apenas uma creche no Bairro do São Raimundo, e outra que fica localizada na Vila Cascavel que também é da rede privada. Segundo a reportagem do G1 MA São Luís, há uma escola que deveria ser concluída no Bairro do São Raimundo, o que garantiria o direito das crianças dos bairros adjacentes a terem acesso à educação infantil, assim reduzindo

o índice de crianças que não passam pela alfabetização que chegam nos anos iniciais da escola “Dom Delgado”.

Figura 4: Localização da Escola



Fonte: Google Maps (2019).

O que influencia forma direta no que tange ao acesso à escola na educação infantil, pois os pais e responsáveis que não tem como pagar essas creches, não colocam seus filhos na escola até o primeiro ano do ensino fundamental, sendo esse o primeiro contato com a escola que muitos alunos da “Dom Delgado” têm, a escola recebe esses alunos e os professores do primeiro ano ao se deparar com a quantidade de alunos não alfabetizados tem que se desdobrar para poder atender esse público e desenvolver as habilidades e competências que era para esses alunos já terem desenvolvido na alfabetização.

A escola tem recebido esses alunos, mesmo não passando educação infantil pois é um dever da escola receber os mesmos, pois é a forma de assegurar o direito a educação que elas tem e que consta na nossa constituição de 1988, onde consta que é dever do Estado essa responsabilidade, dar o devido suporte, um ambiente propício e resguardar esse direito básico. Mesmo com todas as dificuldades em receber tais alunos, dentro do possível as professoras tentam incluí-los nas atividades do dia a dia.

6 CONCLUSÃO

Por tanto esse trabalho teve como objetivo identificar como se dá o trabalho da professora “Flor” que leciona nos anos iniciais da “Dom Delgado” na transição da educação infantil para os anos iniciais do ensino fundamental, como ela desenvolve as atividades com os alunos que não foram alfabetizados e como é desenvolvida a rotina em sala de aula para atender a esses dois públicos que chegam nas séries iniciais, os alfabetizados e os não alfabetizados.

A educação infantil, a alfabetização e o letramento é parte fundamental da formação do estudante, é formação básica que o estudante tem que ter acesso, pois é a partir dela que ela pode desenvolver habilidades e competências que tida nessa fase da educação. Ter acesso à educação infantil é um direito que é garantido pela constituição de 1988, é dever do Estado conceder o espaço (escola), professores capacitados, dar tudo o que garante uma educação de qualidade a essas crianças.

O professor é um dos gente mais importante no que se entende a educação, pois é ele que com todas as bases teóricas e fundamentado pelos documentos legais que regem a educação no Brasil, como a LDB, BNCC, PDE entre outros, é que vai transmitir o conhecimento aos alunos, vai desenvolver as habilidade e as competências da educação infantil aos alunos.

A professora “Flor” ao desenvolver as atividades de rotina da aula, se baseia pelo método tradicional, onde é transmitido o conteúdo do livro, sem muitos recursos e interações com os alunos. O acesso a creches antes de ingressar nas séries iniciais é um diferencial que a professora relata, o que facilitaria o seu trabalho em sala, onde desenvolveria atividades iguais para todos e poderia avaliar de forma linear os alunos.

Na observação ficou visível que a professora se exime da responsabilidade de alfabetizar os alunos, pois sabe que a professora da série posterior tem a obrigação de concretizar a alfabetização segundo a BNCC (2018) então a professora do segundo ano terá que se desdobrar para atender a todos os alunos, cada um com suas especificidades, além disso ter que desenvolver atividades com os alunos que não foram alfabetizados pela professora do primeiro ano.

O relato é que o bairro onde fica situado a escola não possui creche tão pouco pré-escola que seja pública, as únicas creches que tem neste bairro são privadas e comunitárias que há uma taxa a ser paga e, como o bairro é de pessoas

humildes, muito pais ou responsáveis não tem como custear com as mensalidades, ficando assim um alto número de crianças desse bairro sem ter acesso à educação infantil

A grande problemática é a falta de creches no bairro, que poderiam amenizar esse problema, gerar empregos e diminuir o índice de crianças que não tem acesso à educação infantil, como também a falta de compromisso da professora em fazer o seu trabalho que é iniciar a alfabetização desses alunos, além disso ter políticas públicas voltadas para a educação infantil, a garantia desse direito respeitado, a construção de creches não só na região da escola que foi objeto de pesquisa desta monografia, mas em todos os municípios do Estado, bem como programas de formação continuada aos professores.

Entende-se que apesar de esforços dos professores, diretores e toda a comunidade escolar, os pilares que sustentam a educação é a base familiar e o Estado nas instancias do Governo Federal, Governo Estadual e Municipal), pois havendo participação de todos os responsáveis pela educação é esperado minimamente que haja uma educação de qualidade, nas bases dos leis que regem a educação em nosso país. Contudo ocorre um certo descaso por parte do poder público dos quais não se sabe o motivo, ocorrendo assim casos como o que se encontra em estudo neste trabalho. Políticas públicas existem, o que não é feito é fiscalização dessas políticas.

7 REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna.

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Perfil do Leitor Colonial**. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

ARENDT, H. (2013). **Entre o passado e o futuro**. (7a ed.) (M. Almeida, Trad.). São Paulo: Perspectiva.

BOCK, A. M.B; FURTADO, O; TEXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13º ed.- Saraiva 1999.

BARBATO, Silvine Bonaccorsi. **Integração da criança de seis anos ao ensino fundamental**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, 2017. Acessado em 09 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?dcr=&oq=bncc&aqs=mobile-gws-lite..&=bncc>.

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO** LEI: 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei nº 5692 de 11.08.71, capítulo IV, Mec, Brasília, 1974. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br> > Acesso em: 07 de abril de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Vademecum acadêmico de direito. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2012; BRASIL, Ministério da Educação

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília-1998. Integral. Constituição de 1998. Brasília-DF.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2018.

BRASIL. MEC. 1995. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Documento Introdutório. Versão Preliminar. Brasília: MEC/SEF, novembro.

BRASIL. 1997a. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC/SEF, 10 volumes.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. 10. Ed. São Paulo: Scipione, 2001

DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisa em ciências aplicadas: métodos e técnicas** / Astor Antônio Diehl e Denise Carvalho Tatim. – São Paulo: Prentice Hall, 2004

DUARTE, Karina. ROSSI, Karla. **O processo de alfabetização da criança segundo Emilia ferreiro**. Revista científica eletrônica de pedagogia. Ano VI – Número 11 – janeiro de 2008 – Periódicos Semestral.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996.144p.

FERREIRO, Emilia. **Com Todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999. 102pv.2.

FERREIRO, Emilia; Teberosk, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Medicas 1985. 284p.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões Sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000.104p.

FREIRE, Paulo. **Conscientização teoria e prática de libertação**. São Paulo. Cortez e Moraes,1979.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

NÓVOA, A. S. **Formação de professores e profissão docente**. Acessado em 09/11/2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/12424596.pdf>.

NÓVOA, A. S. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão**. Acessado em 09 de novembro de 2018. Disponível em: www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf

NÓVOA, A. S. **Entrevista com o professor Antônio Nóvoa**. Acessado em 09 de novembro de 2018. Disponível em: www.cedes.unicamp.br.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. In. NÓVOA, A. (Org). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PILETTI. Claudino. **Didática Geral**. São Paulo. Ática, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: **identidade e saberes da docência**. In PIMENTA, Selma Garrido. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p.15a34) <https://globoplay.globo.com/v/7420109/>

PINAZZA, Mônica Appezzato (org.). **Pedagogia(s) da infância**. Dialogando com o passado construindo o futuro. Porto alegre: Artmed, 2007. p. 13-36.

RANGEL, Annamaria Píffero. **Alfabetizar aos seis anos**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

RAPOPORT, Andrea; et.al. **A criança de seis anos no ensino fundamental**. Porto Alegre: mediação 2009.

ROJO, Roxane. **Letramento múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, Magda Becker. **Letrar é mais que alfabetizar**. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/~edpaes/Magda.html>, acesso em 12 de abril de 2018.

SOARES, Magda. **A reinvenção da alfabetização**. Revista presença pedagógica, V.9, n. 52. Jul/ago. 2003;

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2ed. Belo Horizonte Autêntica, 2006.

VYGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente**. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo - SP 1991.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA
CENTRO DE ENSINO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS-CECEN
CURSO DE PEDAGOGIA
QUESTIONÁRIO

1) QUAL É A SUA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA?

PEDAGOGIA (___)

LETRAS (___)

OUTROS (___)

2) POSSUI PÓS – GRADUAÇÃO? QUAL?

3) A QUANTO TEMPO LECIONA?

DE 1 A 5 ANOS (___)

DE 6 A 9 ANOS (___)

MAIS DE 10 ANOS (___)

4) QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENFRENTADAS DURANTES AS AULAS?

ESTRUTURAL (___)

RECURSOS DIDÁTICOS (___)

OUTROS (___) QUAIS?

5) QUAIS TEÓRICOS FUNDAMENTAM SEU TRABALHO EM SALA DE AULA? EX:
JEAN PIAGET, EMILIA FERREIRO, ETC.

6) SEUS ALUNOS DO 1º ANO PASSARAM PELA ADOÇÃO INFANTIL?

7) COMO VOCÊ AVALIA OS ALUNOS QUE PASSARAM PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS QUE NÃO FREQUENTARAM? QUAIS AS SUAS DIFICULDADES?

8) DE QUE MANEIRA, VOCÊ DESENVOLVE SEU TRABALHO PARA QUE SEUS ALUNOS SE INTEGREM NA SALA DO 1º ANO?

9) COMO É A SUA ROTINA DIÁRIA? DESCREVA.
